



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 03.765/17

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da Pbprev, concedendo Aposentadoria Voluntária com proventos integrais a Sra. Ana Maria Alves Pereira, matrícula 100.171-0, Assistente Administrativo, lotada no Universidade Estadual da Paraíba, que contava, à época do ato, com 13.627 dias de tempo de serviço, e idade de 56 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*

Cons. em exercício - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

*Antônio Gomes Vieira Filho*

Cons. em exercício - Relator



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC nº 03.765/17

Objeto: Aposentadoria  
Interessado(a): Ana Maria Alves Pereira  
Órgão: PBPrev.  
Gestor Responsável: Yuri Simpsom Lobato  
Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC 1.116/2018

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 03.765/17 referente à Aposentadoria Voluntária com proventos integrais a Sra. Ana Maria Alves Pereira, matrícula 100.171-0, Assistente Administrativo, lotada no Universidade Estadual da Paraíba, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em CONCEDER REGISTRO ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 24 de maio de 2018.

Assinado 29 de Maio de 2018 às 08:47



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**

PRESIDENTE

Assinado 25 de Maio de 2018 às 12:29



**Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho**

RELATOR

Assinado 28 de Maio de 2018 às 10:38



**Manoel Antonio dos Santos Neto**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO